

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Sugestão está sob relatoria da senadora Damares (Republicanos/DF)

Sugestão popular no Senado prevê equiparação do auxílio-saúde

A Sugestão Legislativa nº 19/2026, em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, propõe equiparar o valor do auxílio-saúde pago aos servidores do Executivo Federal — ativos, aposentados e pensionistas — aos benefícios concedidos pelos demais Poderes. A iniciativa, originada no programa e-Cidadania, argumenta que há uma defasagem histórica no benefício e defende a correção da diferença para garantir isonomia entre os servidores. A proposta superou a marca de 20 mil apoios populares, requisito para tramitação no Senado, e desde 26 de junho está sob relatoria da senadora Damares Alves, após redistribuição do processo. Caso a relatora apresente parecer favorável e a CDH aprove a sugestão, o texto poderá ser transformado em projeto de lei e seguirá a tramitação legislativa nas demais etapas do Senado.

TCDF abre concurso com 10 vagas para analista

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) abriu concurso público com 10 vagas para o cargo de Analista Administrativo de Controle Externo, na área de Gestão – Serviços Técnico-Administrativos. Podem concorrer candidatos com nível superior em qualquer área de formação. A remuneração inicial é de R\$ 14.990,41. As inscrições serão realizadas de 26 de agosto a 17 de setembro, pelo Cebraspe, com taxa de R\$ 148. As provas objetiva e discursiva estão marcadas para 22 de novembro.

TCDF/DIVULGAÇÃO



Remuneração inicial é de R\$ 14,9 mil; Inscrições abrem em agosto

TRF1 libera teletrabalho após 140 dias de PAD

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) suspendeu, por decisão judicial, a vedação ao teletrabalho para servidores do Ministério Público da União (MPU) e do CNMP que respondem a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) há mais de 140 dias sem julgamento definitivo. A medida, obtida pelo SINDMPU e reconhecida pela AGU, impede que a demora da administração seja usada, por si só, para barrar pedidos de trabalho remoto, mantidos os demais requisitos previstos na norma atualmente.

UFPB empossa 74 novos servidores

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) empossou 74 novos servidores, entre docentes e técnicos-administrativos, para reforçar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Após a cerimônia, os profissionais participam, nos dias 29 e 30 de julho, de um Encontro de Integração promovido pela Progep, com orientações sobre a estrutura da instituição e a rotina funcional.

Interferência I

Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) afirmam que a participação do presidente argentino Javier Milei em eventos políticos no Brasil e a tentativa de integrantes do governo dos EUA de questionar o sistema eleitoral reforçam alertas da inteligência sobre possíveis ações de influência estrangeira nas eleições de 2026.

Interferência II

Segundo a Intelis, entidade que representa os servidores da Abin, a preocupação aumenta porque a agência enfrenta limitações legais, cortes orçamentários e perda de estrutura. A entidade defende um novo marco legal para ampliar a capacidade de monitorar campanhas de influência e proteger a soberania nacional.

Mesa de negociação I

A Condsef/Fenadsef e o Sindsep-DF apresentaram ao Ministério dos Povos Indígenas a pauta de reivindicações dos servidores. Entre os principais temas debatidos estiveram a criação da Mesa Setorial de Negociação Permanente, a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), melhorias na estrutura física e ações de acessibilidade.

>Mesa de negociação II

Como encaminhamento, o ministério confirmou que a Mesa Setorial será instalada no início de setembro e informou que pretende apresentar, até meados do mesmo mês, uma proposta para implementação do PGD. Também avançam as medidas de combate ao assédio, a regulamentação de escalas e iniciativas de formação para novos servidores.

Servidores afastados I

A Polícia Federal deflagrou a Operação Delivery para investigar um suposto esquema de corrupção em obras de escolas financiadas com recursos federais em Murici (AL). A ação, com apoio da Controladoria Geral da União (CGU), cumpriu seis mandados de busca e apreensão em Murici e Maceió e apura favorecimento de empresas em licitações.

Servidores afastados II

Segundo a investigação, o esquema foi descoberto após a prisão em flagrante de um homem, em novembro de 2025, que transportava R\$ 270 mil em dinheiro. A Justiça determinou o afastamento de servidores investigados e o bloqueio de bens e valores de R\$ 1.301.762,59 para assegurar eventual ressarcimento aos cofres públicos.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



Proposta é de autoria do senador Eduardo Braga(MDB/AM)

PEC cria código de conduta para agentes públicos em todo o país

Proposta aguarda despacho da Mesa Diretora e indicação de relator

Da Redação

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/2026, apresentada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) e apoiada por outros 26 senadores, pretende incluir na Constituição um código de conduta para todos os agentes públicos do país. O texto abrange servidores, ocupantes de cargos comissionados, membros dos Três Poderes, integrantes do Ministério Público, da magistratura, dos tribunais de contas e da Defensoria Pública.

A proposta cria o artigo 37-A da Constituição para estabelecer regras de ética, deveres e impedimentos. Entre as proibições estão manter contratos, direta ou indiretamente, com empresas ou pessoas sujeitas à fiscalização ou decisão do órgão em que o agente atua, intermediar interesses privados perante a administração pública, usar informações do cargo em benefício próprio e exercer atividades privadas que gerem conflito de interesses.

O texto também veda o recebimento de presentes, valores ou hospitalidades, exceto brindes de pequeno valor, que deverão ser declarados. Outra medida estabelece quarentena de três anos para que ex-agentes públicos representem interesses privados no mesmo setor

em que trabalharam.

Entre os deveres previstos estão registrar reuniões com representantes de interesses públicos e privados, declarar valores recebidos fora da remuneração oficial, comunicar situações de conflito de interesses e declarar impedimento quando houver vínculo familiar ou pessoal com partes afetadas por decisões do agente.

A PEC prevê ainda a criação da Comissão Nacional de Ética Pública, formada por representantes dos entes federativos e da sociedade civil. O colegiado poderá analisar condutas, emitir decisões vinculantes e recomendar sanções em casos de infrações graves.

Outro dispositivo proíbe que cônjuges e parentes de até terceiro grau de agentes públicos com poder de decisão, fiscalização ou regulamentação atuem como advogados perante o mesmo órgão. As regras também vão integrar critérios de decoro e serão aplicadas à magistratura, ao Ministério Público, aos tribunais de contas e à Defensoria Pública.

Na justificativa, os autores afirmam que a proposta busca criar um padrão nacional de conduta para os agentes públicos, complementar os códigos de ética já existentes e ampliar a transparência na administração pública.